

**8ª Jornada de Iniciação Científica da
Fundação Casa de Rui Barbosa**

Agosto de 2013

Programação e Resumos

ÍNDICE

Programa	4
Resumos	7
“A constituição de um inventário analítico da obra de Grandjean de Montigny”	7
Katherine Nunes de Azevedo (História/UFRJ)	
Orientadora: Ana Maria Pessoa dos Santos	
“Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais”	9
João Gabriel Guerreiro Rangel do Nascimento (História/UERJ)	
Orientadora: Lúcia Maria Velloso de Oliveira	
“Superfícies Arquitetônicas de Edificações Históricas: metodologias para conservação”	11
Mariana Periaid Antunes (Arquitetura e Urbanismo/UFRJ)	
Orientadora: Claudia S. Rodrigues de Carvalho	
“Análise das condições climáticas dos locais de guarda de acervo do prédio sede da Fundação Casa de Rui Barbosa”	13
Rodrigo Porto Bozzetti (História/UFRJ)	
Orientador: Edmar Moraes Gonçalves	
“Machado de Assis: afinando os instrumentos”	15
Laíza Stéfane Verçosa do Nascimento (Letras: Português-Literaturas/UFRJ)	
Orientadora: Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna	
“Dois-pontos”	17
Gabriel Ferreira de Andrade (Letras: Português/Literaturas/UFRJ)	
Orientadora: Eliane Vasconcellos	
“As transposições de discursos: apropriações criadoras”	19
Julia Soares Leite Lanza-rini de Carvalho (História/UFRJ)	
Orientadora: Tânia Coelli Sobreira Dias	
“A Atuação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) na Definição da Condição Jurídica dos Imigrantes Haitianos”	21
Danilo Garrido (Direito/UFRJ)	
Orientador: Charles Matheus Pontes Gomes	
“As percepções do Direito Internacional sobre a política mundial: um recorte do American Journal of International Law de 1906 a 1914”	23
Rita de Cassia Oliveira Feodrippe (Relações Internacionais/UFF)	
Orientadora: Christiane Vieira Laidler	

“O princípio da segurança jurídica no Supremo Tribunal Federal: um estudo doutrinário e jurisprudencial”	25
Thaís Queiroz Ferrere Matos de Oliveira (Direito/UFRJ)	
Orientadora: Margarida Maria Lacombe Camargo	
“Funarte: um entendimento sobre os processos políticos na cultura”	27
Carolina Rocha Corrêa (Produção Cultural/UFF)	
Orientadora: Lia Calabre de Azevedo	
“Discussões no Conselho: da Cultura de Estado à Cultura de Mercado”	29
Renata Duarte (História/UERJ)	
Orientadora: Lia Calabre de Azevedo	
“O intendente negro na capital da república: Análises e considerações sobre Manuel da Motta Monteiro Lopes”	31
Bruno Leonardo Medeiros Martins (História/UFF)	
Orientadora: Laiana Lannes de Oliveira	
“Um olhar sobre a língua de Angola no Brasil colonial”	33
Valéria Correia Lourenço (Letras Português e Literaturas/UFRRJ-Nova Iguaçu)	
Orientadora: Ivana Stolze Lima	
“Artur Azevedo e o teatro na Exposição Nacional de 1908”	35
Camilla Campoi de Sobral (História/UERJ – FFP)	
Orientador: Antonio Herculano Lopes	
“Revista, charge e folhetim: o encontro dos gêneros ligeiros em <i>O ano que passa</i> ”	37
Natália Cristina Rezende da Silva (História/UERJ)	
Orientador: Antonio Herculano Lopes	
“Eugênia Moreyra – a história contada através de arquivo pessoal”	39
Mariana da Silva Vita (Comunicação Social – Jornalismo/UFF)	
Orientadora: Joëlle Rachel Rouchou	

PROGRAMA

8ª Jornada de Iniciação Científica agosto de 2013

Abertura - 9h30

Palavras do Diretor do Centro de Pesquisa e da Coordenadora do Programa de Iniciação Científica, Lia Calabre de Azevedo

Mesa do Centro de Memória e Informação – 9h50 às 11h

Avaliador externo: Ana Célia Rodrigues (UFF)

Moderadora: Lúcia Velloso de Oliveira

9h50

“A constituição de um inventário analítico da obra de Grandjean de Montigny”

Katherine Nunes de Azevedo (História/UFRJ)

Orientadora: Ana Maria Pessoa dos Santos

10h

“Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais”

João Gabriel Guerreiro Rangel do Nascimento (História/UERJ)

Orientadora: Lúcia Maria Velloso de Oliveira

10h10

“Superfícies Arquitetônicas de Edificações Históricas: metodologias para conservação”

Mariana Periaid Antunes (Arquitetura e Urbanismo/UFRJ)

Orientadora: Claudia S. Rodrigues de Carvalho

10h20

“Análise das condições climáticas dos locais de guarda de acervo do prédio sede da Fundação casa de Rui Barbosa”

Rodrigo Porto Bozzetti (História/UFRJ)

Orientador: Edmar Moraes Gonçalves

10h30 – Comentários do avaliador externo

Mesa de Letras – 11h às 12h

Avaliador externo: Frederico Augusto Liberalli de Góes (UFRJ)

Moderadora: Marta de Senna

11h

“Machado de Assis: afinando os instrumentos”

Laíza Stéfane Verçosa do Nascimento (Letras: Português-Literaturas/UFRJ)

Orientadora: Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna

11h10

“Dois-pontos”

Gabriel Ferreira de Andrade (Letras: Português/Literaturas/UFRJ)

Orientadora: Eliane Vasconcellos

11h20

“As transposições de discursos: apropriações criadoras”

Julia Soares Leite Lanzarini de Carvalho (História/UFRJ)

Orientadora: Tânia Coelli Sobreira Dias

11h30 - Comentários do avaliador externo

Mesa de Direito e Políticas Culturais – 13h30 às 15h

Avaliador externo: Juliana Neuenschwander Magalhães (UFRJ)

Moderadora: Lia Calabre

13h30

“A Atuação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) na Definição da Condição Jurídica dos Imigrantes Haitianos”

Danilo Garrido (Direito/UFRJ)

Orientador: Charles Matheus Pontes Gomes

13h40

“As percepções do Direito Internacional sobre a política mundial: um recorte do American Journal of International Law de 1906 a 1914”

Rita de Cassia Oliveira Feodrippe (Relações Internacionais/UFF)

Orientadora: Christiane Vieira Laidler

13h50

“O princípio da segurança jurídica no Supremo Tribunal Federal: um estudo doutrinário e jurisprudencial”

Thaís Queiroz Ferrere Matos de Oliveira (Direito/UFRJ)

Orientadora: Margarida Maria Lacombe Camargo

14h

“Funarte: um entendimento sobre os processos políticos na cultura”

Carolina Rocha Corrêa (Produção Cultural/UFF)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

14h10

“Discussões no Conselho: da Cultura de Estado à Cultura de Mercado”

Renata Duarte (História/UERJ)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

14h20 – Comentários da avaliadora externa

Mesa de História – 15h às 16h30

Avaliador externo: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ)

Moderador: Joëlle Rouchou

15h

“O intendente negro na capital da república: Análises e considerações sobre Manuel da Motta Monteiro Lopes”

Bruno Leonardo Medeiros Martins (História/UFF)

Orientadora: Laiana Lannes de Oliveira

15h10

“Um olhar sobre a língua de Angola no Brasil colonial”

Valéria Correia Lourenço (Letras Português e Literaturas/UFRRJ-Nova Iguaçu)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

15h20

“Artur Azevedo e o teatro na Exposição Nacional de 1908”

Camilla Campoi de Sobral (História/UERJ – FFP)

Orientador: Antonio Herculano Lopes

15h30

“Revista, charge e folhetim: o encontro dos gêneros ligeiros em *O ano que passa*”

Natália Cristina Rezende da Silva (História/UERJ)

Orientador: Antonio Herculano Lopes

15h40

“Eugênia Moreyra – a história contada através de arquivo pessoal”

Mariana da Silva Vita (Comunicação Social – Jornalismo/UFF)

Orientadora: Joëlle Rachel Rouchou

15h50 – Comentários do avaliador externo

16h30

Palestra de encerramento: “A experiência de mundo através dos arquivos pessoais: linguagem, tecnologia e cultura”

Patrícia Helena Fuentes Lima – Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill (EUA) – Departamento de Línguas e Literaturas Românicas (Português)

A constituição de um inventário analítico da obra de Grandjean de Montigny

Bolsista: Katherine Nunes de Azevedo

Orientadora: Ana Maria Pessoa (Centro de Memória e Informação)

Projeto: Gosto neoclássico: Grandjean de Montigny e a arquitetura no Brasil (1816-1850)

Curso/Instituição: História / UFRJ

Agência de financiamento: Pibic / CNPq

Período: agosto de 2012 a julho de 2013

Essa comunicação tem como objetivo apresentar resultados parciais do projeto intitulado “Gosto neoclássico: Grandjean de Montigny e a arquitetura no Brasil” desenvolvido pelo grupo de pesquisa Museu-Casa: Memória, Espaço e Representações. A partir desse estudo, cujas iniciativas estão voltadas para entendimento do conjunto arquitetônico do século XIX, a equipe pretende se aprofundar na análise da arquitetura e da história urbana do Rio de Janeiro com a finalidade de compreender as formas de morar e, em certa medida, conhecer melhor o estilo neoclássico que foi empregado como modelo para a construção do edifício que atualmente é a Museu-Casa de Rui Barbosa.

O projeto tem como objetivo analisar a arquitetura neoclássica no Brasil por meio da vida e obra de Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, arquiteto de formação francesa que chegou ao Brasil em 1816 com a vinda da chamada “Missão Francesa” e foi responsável pela criação do curso de arquitetura e pela formação de novos arquitetos, que seguiram seus ensinamentos. As pretensões desse projeto são formular um inventário analítico dos desenhos de Grandjean de Montigny, ainda pouco conhecidos pela historiografia da arquitetura; conhecer melhor esse arquiteto e sua produção; e trazer subsídios para novas análises da história urbana no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na realização de uma cronologia da vida e obra do arquiteto, a fim de analisar sua trajetória na Europa e posteriormente no Brasil, onde viveu até o seu falecimento em 1850. Para tal, foram consultadas obras de referência no assunto e documentos depositados em diferentes arquivos brasileiros e estrangeiros. Concomitante a essa investigação, realizou-se um levantamento das imagens das pranchas de Grandjean que estavam disponíveis na internet, além da reprodução fotográfica dos desenhos que se encontram no Museu D. João VI, IPHAN, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e no Museu Nacional de Belas Artes, com o apoio financeiro da Faperj.

Apesar de existirem pelo menos três estudos significativos sobre Grandjean, de autoria de Morales de Los Rios, Donato de Melo e Angela Telles, foi difícil datar e contextualizar alguns desenhos. Isso ocorre, sobretudo, devido à separação das pranchas, que estão distribuídas sem critério em diferentes instituições no Rio de Janeiro, além das obras que se encontram fora do país, nos arquivos franceses e alemães. Esse panorama realça a importância de sistematizar as informações sobre os desenhos em um trabalho que contemple a obra de Montigny como um todo, destacando a sua relevância para o início do curso de Arquitetura no Brasil e para a formação de novos arquitetos, além de ajudarem a entender detalhadamente as edificações tombadas que fazem parte do patrimônio nacional brasileiro¹.

Referências bibliográficas

- CONDURU, Roberto. Araras gregas. DezenoveVinte, v. 2, n. 2, abr. 2008. Revista eletrônica.
- LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira. [Rio de Janeiro]: Empresa A Noite, [1946].
- MELLO JUNIOR, Donato. Grandjean de Montigny. Mensário do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.7, n.8, p. 11-14, ago. 1976.
- TELLES, Angela. Grandjean de Montigny: da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

¹ Edificações tombadas: Casa França Brasil (Antiga Alfândega), Casa da Gávea (atual Solar de Grandjean de Montigny- PUC/Rio), Chafariz da Antiga Praça Onze, atualmente se encontra na Praça Afonso Viseu – Alto da Boa Vista.

Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais

Bolsista João Gabriel Guerreiro Rangel do Nascimento

Orientadora: Lucia Maria Velloso de Oliveira (Arquivo Histórico e Institucional)

Projeto: Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais

Curso/Instituição: História / UERJ

Agência de financiamento: Pibic / CNPq

Período: agosto de 2012 a julho de 2013

Introdução

O projeto iniciado no segundo semestre de 2011 tem como principais objetivos elaborar um método de descrição e uma estrutura de arranjo dos documentos que dizem respeito à história das famílias Oliveira Castro e Pontes Câmara, doados por Lúcia Sanson.

A Coleção Oliveira Castro e Pontes Câmara reúne em seu conteúdo diversas informações sobre os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que propiciam a análise de um período histórico brasileiro obedecendo a um corte cronológico: meados do século XIX até o início do século XX. A posição das famílias na sociedade e as atividades desempenhadas pela mesma na esfera social, política e econômicas favorecem a reconstituição do contexto histórico. A referida Coleção é composta por fotografias e documentos textuais das mais variadas espécies, o que permite uma maior possibilidade de análise do período.

Objetivos

O projeto pretende desenvolver um arranjo para os documentos da Coleção Lúcia Sanson, tomando como base a observância dos princípios arquivísticos, um aporte teórico que aponta a organização e classificação dos arquivos pessoais e a especificidade da Coleção Oliveira Castro e Pontes Câmara no que se refere a organicidade e o vínculo entre os documentos.

Metodologia

Os documentos acumulados e doados por Lúcia Sanson não apresentam uma organização ou classificação inteligível que possam caracterizá-lo como arranjo primitivo. Os documentos foram acumulados por formato, não obedecendo a uma ordem cronológica ou alfabética, logo, julga-se necessário, a partir dessa análise do princípio de respeito à ordem original, a elaboração de um quadro de arranjo que possa classificar esses documentos de forma mais inteligível.

A elaboração do arranjo documental para a Coleção Lúcia Sanson sobre a família Oliveira Castro e Pontes Câmara segue após as etapas de leitura de documentos e identificação dos mesmos com relação a espécie documental. A separação física por conjuntos documentais precede a futura classificação para iniciar a descrição. Como a coleção conta com diversas espécies documentais, o estabelecimento de um vínculo arquivístico é extremamente delicado, logo a reunião e classificação dos documentos serão por espécie, obedecendo a uma ordem cronológica e alfabética.

Conclusão

O trabalho realizado com a orientação de Lucia Maria Velloso de Oliveira e com a doadora dos documentos da coleção, Lúcia Sanson, tem como principais objetivos o arranjo e a descrição de uma coleção arquivística a partir da interlocução entre os documentos das famílias: Oliveira Castro e Pontes Câmara. Ao final do projeto, será possível disponibilizar para o pesquisador interessado no período do século XIX e XX uma fonte de informações sobre Rio de Janeiro, Portugal, França e outros países, contada por fotos e documentos textuais pertencentes à família. Além disso, serão disponibilizados também informações e conteúdos da sobre aspectos políticos e econômicos, costumes e tradições, indumentária e paisagens da época em questão.

Referências bibliográficas

- DURANTI, Luciana. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, Netherlands: Kluwer Academia Publishers, v. 11, p. 213-218, 1997.
- DUCROT, Ariane. A Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.
- OLIVEIRA, Lucia Maria V. de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile Editorial, 2012.
- THOMASSEN, Theo. A first introduction to Archival Science. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan/jun., 2006.
- YEO, Geoffrey. Concepts of Record(1): evidence, information and persistent representations. *The American Archivist*, Chicago: The American Archivist, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

Superfícies Arquitetônicas de Edificações Históricas: metodologias para conservação

Bolsista Mariana Periaid Antunes

Orientadora: Claudia S. Rodrigues de Carvalho (setor de Arquitetura)

Projeto: Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa: Conservação das Superfícies Arquitetônicas do Museu Casa de Rui Barbosa – segundo módulo

Curso/Instituição: Arquitetura e Urbanismo / UFRJ

Agência de Financiamento: FCRB

Período: agosto de 2012 a julho de 2013

A conservação das superfícies arquitetônicas dos edifícios históricos é de enorme valor histórico-cultural para o cenário da cidade, já que preserva bens que constituem a identidade do lugar e indica as diferentes tipologias e as modificações urbanas ocorridas com o passar do tempo. Para tal, o patrimônio precisa manter suas características originais, já que o revestimento exterior, além de evidenciar a composição do edifício, sua volumetria e consequentemente sua época, protege o mesmo contra as intempéries, mantendo-o estável para continuar contribuindo com a ambiência da cidade. A investigação e o diagnóstico das necessidades de restauro dos edifícios evitam que os mesmos sejam prejudicados com tratamentos não compatíveis com suas superfícies.

Essa pesquisa objetiva identificar nas obras de restauração de edificações históricas oitocentistas, que utilizaram revestimentos com base em cal, metodologias que possam ser aplicadas em outros edifícios históricos, para que se obtenham os melhores resultados.

Inicialmente, de acordo com as etapas propostas pelo projeto, foi feita uma pesquisa sobre fabricantes e fornecedores de cal, que poderiam indicar quais obras teriam recebido os produtos. Posteriormente, foi realizado um levantamento dos edifícios no Rio de Janeiro cujas fachadas foram restauradas, com a relação dos materiais utilizados e das empreiteiras/construtoras que participaram das obras. Dessa forma, relatórios sobre os restauros puderam ser acessados. Documentos armazenados nos arquivos do INEPAC e do IPHAN também foram utilizados como fonte de pesquisa, o que permitiu se constatassem diversos procedimentos. A partir desses dados, foram realizadas análises das fachadas dos edifícios arrolados, permitindo a avaliação da performance das diversas metodologias empregadas.

Ao final da etapa da pesquisa, pôde ser realizada uma comparação das diversas reações dos revestimentos com base em cal nas superfícies dos edifícios levantados. Utilizando os resultados dos módulos anteriores da mesma pesquisa, foi constatada a

resistência ao tempo, bem como certas anomalias com relação à uniformidade e contato com a umidade. Através de relatórios fotográficos das fachadas, foi realizada uma comparação com os painéis do muro-teste no jardim do Museu Casa de Rui Barbosa, o que permitiu outras análises. Basicamente, com os dados obtidos, é possível confirmar três hipóteses: que o estudo prévio das fachadas onde ocorrerá a intervenção é imprescindível para identificar qual tipo de produto e traço é adequado; que é necessário pesquisar o material para compor uma argamassa que atenda às necessidades encontradas; e também que a conservação programada, sistematizando os procedimentos, contribui para a preservação do monumento.

Referências bibliográficas

KANAN, Maria Isabel. *Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal*. Brasília, DF: Iphan. Programa Monumenta. Cadernos Técnicos, n. 8, 2008.

NORMA Italiana. UNI 11182. Descrizione della forma di alterazione - Termini e definizioni. Itália: Abril, 2006.

KUHL, Beatriz Mugayar. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, n.1, p. 309-330, 2004.

CARVALHO, Claudia S. R. A pesquisa para conservação de superfícies arquitetônicas do Museu Casa de Rui Barbosa. *Pós*, São Paulo, v. 19, n. 31. p. 238-250, 2012.

VEIGA, M. Rosário. Argamassas para revestimento de paredes de edifícios antigos. Características e campo de aplicação de algumas formulações correntes. *Actas do 3º ENCORE, Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, Lisboa: LNEC, 2003.

TAVARES, Martha Lins. A Conservação e o restauro de revestimentos exteriores de edifícios antigos: uma metodologia de estudo e reparação. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil LNEC, 2009.

Análise das condições climáticas dos locais de guarda de acervo do prédio sede da Fundação casa de Rui Barbosa

Bolsista: Rodrigo Porto Bozzetti

Orientador: Edmar Moraes Gonçalves (setor de Preservação)

Projeto: Conservação Integrada: implantação de programa de pesquisa no campo da deterioração dos acervos documentais

Curso / Instituição: História / UFRJ

Agência de financiamento: FCRB

Período: agosto de 2012 a julho de 2013

Introdução

A fim de monitorar as condições climáticas das suas áreas de guarda de acervo bibliográfico e museológico, a Fundação Casa de Rui Barbosa conta com 19 aparelhos denominados *dataloggers* distribuídos por toda a Fundação. Tais aparelhos mensuram a umidade relativa e a temperatura ambiente.

Os *dataloggers* da Fundação foram instalados em duas fases: os primeiros 12 entraram em operação em 7 de abril de 2011, em 11 cômodos diferentes em todos os edifícios da Fundação: Museu, edifício sede, garagem e LAMIC (Laboratório de Microfilmagem); já os demais foram instalados em 26 de março de 2013 em diversas salas do museu.

No entanto, os únicos ambientes que possuem condições climáticas controladas totalmente por aparelhos, ou seja, isentos de influências do meio externo são os três locais de guarda localizados no edifício sede: Biblioteca, Arquivo e AMLB (Arquivo-Museu de Literatura Brasileira). Estes locais possuem um sistema de ar condicionado próprio, que funciona de maneira independente dos outros ambientes da Fundação, que regula os níveis de temperatura ambiente e umidade relativa.

Objetivos

Este trabalho se propõe a analisar as condições de temperatura ambiente e umidade relativa dos locais de guarda de acervo bibliográfico do edifício sede da Fundação Casa de Rui Barbosa, para poder identificar quais locais de guarda estão ou não de acordo com os valores de temperatura ambiente e umidade relativa recomendados pela literatura de conservação e preservação.

Metodologia

Através dos valores de temperatura ambiente e umidade relativa registrados pelos *dataloggers* entre 7 de abril de 2011 e 28 de junho de 2013, foram realizadas médias mensais

a fim de compará-las com as médias de temperatura ambiente e umidade relativa recomendados pelos principais autores e instituições.

Os dados foram extraídos dos aparelhos e exportados para o *software* Microsoft Excell, onde são gerados gráficos e tabelas referentes a cada ambiente monitorado. Sendo assim, através destes dados é possível compará-los com os valores recomendados pela literatura para temperatura ambiente e umidade relativa. Para identificar quais são tais valores, foi realizada uma revisão de literatura tendo por base autores consagrados na área, onde se encontrou um intervalo entre 20° e 25° C para temperatura ambiente e entre 40 e 55% para umidade relativa.

Conclusão

Através da leitura periódica dos dados fornecidos pelos *dataloggers*, foi possível concluir que, dada a importância do controle ambiental para evitar a proliferação de microrganismos e a consequente deterioração de acervos, o sistema de controle climático da Fundação tem se mostrado eficiente de maneira a garantir níveis de parâmetros meteorológicos estáveis e adequados à literatura de conservação preventiva, garantindo, nos três ambientes de guarda de acervo do edifício sede uma ausência de deterioração do acervo por fatores de ordem biológica como fungos e diversos tipos de microorganismos.

Referências bibliográficas

CALLOL, Milagros Vaillant; CARBÓ, María Teresa Doménech; RODRIGO, Nieves Valentín. *Una mirada hacia la conservación preventiva del patrimonio cultural*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2003.

CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de. *O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, 1998. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_OEspaco_como_elemento_representacao_dosacervos_com_suporte_em_papel.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2013.

MAEKAWA, Shin; BELTRAN, Vincent. Collections care, human comfort, and climate control: a case study at the Casa de Rui Babosa museum. *Conservation, The GCI Newsletter*, v. 22, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/22_1/news_in_cons1.html>. Acesso em: 13 fev. 2012.

Machado de Assis: afinando os instrumentos

Bolsista: Laíza Stéfane Verçosa do Nascimento

Orientadora: Marta de Senna (Setor de pesquisa Ruiana)

Projeto: Edição dos contos de Machado de Assis como hipertexto

Curso / Instituição: Letras / UFRJ

Agência de financiamento: Pibic / CNPq

Período: março de 2012 a julho de 2013

Autor celebrado na literatura brasileira por romances como *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, e por contos como "Missa do galo" e "O alienista", Machado de Assis é, muitas vezes, entendido como um autor que já surgiu consagrado. Esta reputação faz de Machado um autor desconhecido em sua trajetória, ignorado em suas primeiras obras. Um outro equívoco, este certamente mais frequente, é o pensamento simplista de que tudo que foi escrito pelo Bruxo antes de *Memórias póstumas* revela um Machado de Assis romântico e pouco atraente no estilo.

Ora, sé exata afirmação de que *Memórias póstumas de Brás Cubas*, nos romances, e *Papéis avulsos* nos contos representam um expressivo salto qualitativo na obra do autor, somente desqualificar sua obra anterior é desprezar o caminho literário que Machado trilhou para chegar ao grau de refinamento que tão merecidamente lhe é atribuído. Portanto, o ideal é que se proponha uma análise comparativa entre as primeiras peças e as antológicas, consideradas obras-primas do mestre. Esse exame enriqueceria a leitura das últimas, pois reconheceríamos nas primeiras certa insegurança do escritor, mas nos faria atentar mais para os contos publicados apenas nos jornais (jamais incluídos pelo autor em seus sete livros de narrativas curtas), porque perceberíamos neles as matrizes do que Machado ainda viria a se tornar como escritor.

São esses contos, publicados somente em jornais da época, que examinarei no presente trabalho. Posto essas obras tenham sido "renegadas" pelo próprio autor, que nunca as reuniu em livro, elas dão a conhecer um Machado de Assis em ensaio para ser o grande clássico que se tornou. Em especial, receberão atenção o que chamamos em nossa sistematização para o sítio www.machadodeassis.net de "Contos avulsos – fase 1", reunindo peças publicadas na imprensa (*A Marmota*, *O Futuro*, *A Estação* e *Jornal das Famílias*) entre 1864 e 1867. Nesta "primeira fase", agrupamos treze contos.

Alguns desses contos, como já foi dito, apresentam esboços dos traços fortes que hoje distinguem Machado como um grande escritor, como a ironia, a bem elaborada autoconsciência narrativa e a interação com o leitor, as originais personagens ambíguas e

complexas pelas quais ficaria conhecido mais tarde, e os recorrentes jogos intertextuais. Contudo o que leva a crítica ao equívoco de desconsiderar toda obra primitiva de Machado são características que Machado abandonou em contos posteriores, como por exemplo, certa prolixidade e a abundância de diálogos de contos como "Virginius" (1864) e "Casada e viúva" (1864) excesso que (felizmente) não se verifica em "Missa do galo" (1894) ou em "Uns braços" (1885). Outra marca presente nesses contos e menos explorado em textos posteriores é o tom laudatório com que se descrevem as personagens femininas, presente em "O anjo das donzelas" (1864) e ausente em "Maria Cora" (1898), por exemplo. Principalmente, há, nas histórias do início da carreira, um tom edificante, totalmente ausente nos contos da maturidade.

Essa análise comparativa necessita ser feita para que se observe de forma mais orgânica a obra de Machado de Assis, compreendendo seu todo no olhar atento às particularidades de cada fase.

Referência bibliográfica

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, números 23 e 24. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2008.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. O discurso indireto livre em Machado de Assis. In: *Machado de Assis em linha*, número 6, ano 3 (dezembro de 2010).

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: *Vários Escritos*. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

SENNA, Marta de. *Alusão e zombaria: citações e referências na ficção de Machado de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

_____. "Missa do galo": aproximações. In: *Machado de Assis: cinco contos comentados*. In: SENNA, Marta de (Org.). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 171- 205.

_____ e DIEGO, Marcelo da Rocha Lima. Retorno a Ressurreição, um fecundo romance de estreia. In: MACHADO DE ASSIS EM LINHA, número 7, ano 4 (junho de 2011).

Dois-pontos

Bolsista: Gabriel Ferreira de Andrade

Orientadora: Eliane Vasconcellos – Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB)

Projeto: Corina Coaraci: uma antologia anotada

Curso / Instituição: Letras: Português / Literaturas / UFRJ

Agência de financiamento: Pibic / CNPq

Período: agosto de 2012 a março de 2013

Introdução

Em linhas gerais, o gênero *crônica* estabelece a relação entre as questões da vida cotidiana e os elementos literários para a manifestação de um texto que esmiúça o prosaísmo do indivíduo.

Priorizando o uso desse gênero, a escrita de Corina Coaraci contribui para a exposição das práticas cotidianas da sociedade brasileira de fins do século XIX, visto que imprime em sua linguagem de cronista as agruras de uma realidade voltada às mesquinharias sociais, políticos e culturais.

Seus textos apontam para situações da vida cotidiana, aquelas que as máscaras sociais camuflam na relação instantânea entre os indivíduos; exibem, por meio de seu trabalho com a linguagem, uma sociedade cujas mazelas sociais se interseccionam às práticas luxuriosas da elite governamental; apresentam uma sociedade brasileira abundante, de cultura vigorosa, mas de gestão falha.

Diante dessas discussões, a escrita de Corina Coaraci assume um discurso cuja manifestação do senso crítico não se restringe aos limites do exposto no texto, haja vista o alcance além de seu trabalho com a linguagem. Logo, quando se intitula esse ensaio como “Dois-pontos”, se reflete sobre esse veio da crônica de Corina Coaraci, que não é encerrado no ponto-final das últimas linhas de seu texto, mas que segue na necessidade de um algo mais a se dizer e a se expor, que está nas atribuições significativas atribuídas aos escritos de Corina pelo seu leitor.

Objetivos do projeto

O projeto Corina Coaraci: uma antologia anotada tem por objetivo o estabelecimento de um texto crítico, anotado, das crônicas deixadas pela autora em jornais do final do século XIX (entre os anos de 1875 e 1892).

O conhecimento da obra da escritora renova o quadro de escritores literários brasileiros do século XIX, tão notadamente prevalecente de figuras do sexo masculino, proporcionando uma nova percepção em torno da literatura de autoria feminina no Brasil.

Metodologia

A preparação e o estabelecimento de um texto crítico obedecem aos critérios da Crítica Textual, para que se possa transmitir ao leitor um texto fidedigno e genuíno. Este trabalho não pretende apenas publicar os textos de Corina Coaraci, mas prepará-los, para que reflitam, realmente, a vontade inicial da autora.

Conclusões

A pesquisa em torno da cronista Corina Coaraci tem permitido não apenas uma necessidade de preocupação da Crítica Textual em fornecer uma publicação fidedigna à vontade autoral, mas também reflete sobre os caracteres que fundamentam sua escrita e que colaboram na construção de uma crônica crítico-reflexiva e atenta ao cotidiano social do Brasil de fins do século XIX.

Referências bibliográficas

- CANDIDO, Antônio. “O direito à literatura”. In: _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 169-191.
- COARACY, Vivaldo. *Todos contam sua vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- EAGLETON, Terry. “Introdução: o que é literatura?”. In: _____. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Antártida, 1994, p. 1-17.
- GALLANTE DE SOUZA, J. *O Teatro no Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do livro, 1960.
- HANSEN, João Adolfo. “Autor”; TELLES, Norma “Autora”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago ed., 1992, p. 11-44; 45-64.
- OLIVEIRA NETO, Godofredo de. *A ficcionista*. Rio de Janeiro: Íma editorial, 2013.
- SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura?* Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 1993.
- STIERLE, Karlheinz. *A ficção*. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

As transposições de discursos: apropriações criadoras

Bolsista: Julia Soares Leite Lanza-rini de Carvalho

Orientadora: Tânia Dias (setor de Filologia)

Projeto: Edição em Livro da Série “Cultura Brasileira Hoje”

Curso / Instituição: História / UFRJ

Agência de financiamento: Pibic / CNPq

Período: setembro de 2012 a julho de 2013

Introdução

Os encontros da série *Cultura Brasileira Hoje*, organizados pelas pesquisadoras Tânia Dias e Flora Süsserkind, foram realizados mensalmente, nos anos de 2004 e 2005, na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Neles, duplas de intelectuais e/ou artistas brasileiros de diferentes áreas (literatura, teatro, cinema, artes plásticas etc.) eram convidados, em um primeiro momento, a fazer um depoimento de suas experiências profissionais. Em seguida, eram entrevistados por críticos ligados a sua área de trabalho. Por último, o público tinha a oportunidade de expor suas perguntas e apontamentos.

Além de propiciar discussões extremamente ricas, a série visava estimular reflexões sobre o que é produzido no Brasil hoje no campo artístico/literário. De fato, na esteira de uma desvalorização e consequente desconhecimento da arte brasileira atual, poucos críticos se voltam para o estudo aprofundado do que está sendo produzido atualmente no país. Sem dúvida, essa não deixa de ser uma tarefa bastante complexa e ingrata, uma vez que os autores ainda estão em pleno exercício. Mas o silêncio sobre o assunto só corrobora com o estado de esquecimento em que se encontra o campo artístico hoje no Brasil.

Objetivos do projeto

Como propõe o título, o Projeto “Edição em Livro da série *Cultura Brasileira Hoje*” visa editar em livro as discussões e os depoimentos da série *Cultura Brasileira Hoje*. Todos os 18 encontros foram gravados e perfazem um total de 60 horas de áudio. Essas gravações estão armazenadas no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa para que possam ser consultadas por aqueles que se interessam pelo que está sendo produzido atualmente na esfera cultural brasileira. O projeto “Edição em Livro da série *Cultura Brasileira Hoje*”, nesse sentido, intenta facilitar ainda mais o acesso a esses depoimentos/entrevistas, transformando-os em material impresso editado.

Algo que, a princípio, parecia bastante simples, se revelou um tanto complexo. Transformar um discurso oral de um intelectual que, muitas vezes, não se expressa

artisticamente de forma oral, significa fazer uma tradução de uma tradução. Isto porque o artista, em seu depoimento, já precisou transpor o seu trabalho para a linguagem oral. Logo, transpor essa “tradução” para a linguagem escrita é transpor algo que já foi transposto.

Dessa forma, meu objetivo mais específico dentro deste projeto – ou, talvez, mais pessoal- passou a ser, não somente contribuir de forma prática com edição escrita do material gravado, mas também procurar entender melhor essa questão teórica acerca dessa verdadeira tradução que é a transposição de um discurso para outro.

Metodologia

Quando iniciei minha participação como bolsista de iniciação científica neste projeto, em meados de setembro de 2012, todas as gravações dos encontros da série *Cultura Brasileira Hoje* já haviam sido transcritas. Após uma etapa de familiarização com relação à produção/trajetória de vida dos artistas convidados, me debrucei sobre todo o material.

Foi nesta etapa que pude realizar que ler as entrevistas transcritas é completamente diferente de assisti-las ou até mesmo de ouvi-las. Foi nesta etapa que percebi que é muito mais complexo para um artista plástico apresentar e analisar oralmente o seu trabalho do que para um escritor. Foi nesta etapa, então, que despertei para a questão teórica acerca das transposições de discurso e procurei me voltar para a leitura de textos sobre o assunto.

Conclusões

Editar em livro uma série de depoimentos e discussões gravados em áudio é muito mais do que, mecanicamente, grafar sequências de palavras expressas oralmente. Significa realizar uma transposição de discurso, uma verdadeira tradução de linguagens. A tarefa de um tradutor, segundo Walter Benjamin, não se baseia na busca por uma neutralidade e por uma imitação perfeita do original. Pelo contrário, deve partir do princípio da apropriação criadora, pois “Fidelidade, na tradução de cada palavra, quase nunca é capaz de reproduzir inteiramente o sentido que ela tem no original” (BENJAMIN, 1994b, p. 24).

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. *Obras Escolhidas – I. Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994 a.

_____. *A tarefa do Tradutor*. Rio de Janeiro, UERJ, Cadernos de Mestrado, v. I, 1994b.

Cópia Fiel. Direção: Abbas Kiarostami: Imovision, 2010. DVD (106 min).

A atuação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) na definição da condição jurídica dos imigrantes haitianos

Bolsista: Danilo Garrido

Orientador: Charles Pontes Gomes (Setor de Direito)

Projeto: Haitianos no Brasil: de refugiados a imigrantes legais

Curso/Instituição: Direito/UFRJ

Agência de Financiamento: bolsista voluntário

Período: agosto de 2012 a julho de 2013

Introdução

A recente chegada de um grande contingente de cidadãos haitianos ao Brasil através de nossa fronteira norte foi bastante noticiada pela mídia nos últimos tempos. Segundo dados da Polícia Federal, desde fevereiro de 2010 o Brasil recebeu mais de 5 mil haitianos. Inicialmente, as portas de entrada deste novíssimo fluxo migratório eram, sobretudo, as cidades de Tabatinga, no Amazonas, e Assis Brasil e Brasileia, no Acre, pois nestes locais há postos de controle de fronteira a quem apresentar solicitações de concessão de *status* de refugiado. Mas devido ao ineditismo da situação para as próprias autoridades brasileiras, tais solicitações tardavam muito a ser apreciadas, o que deu margem a um cenário inusitado em que centenas de migrantes sem documentos legais passaram a amontoar-se em alojamentos precários até que se chegasse a uma definição acerca de sua condição jurídica.

De fato, a conclusão a que chegou o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) foi a de que não havia na Lei 9.474/1997, que implementava o Estatuto dos Refugiados de 1951 no país, quaisquer fundamentos que autorizassem a concessão do *status* de refúgio aos haitianos que chegaram ao Brasil, pois o refúgio pressupõe que o estrangeiro tenha sido vítima de algum tipo de perseguição. Ademais, em nosso (defasado) Estatuto do Estrangeiro, datado do fim da ditadura militar e animado, ainda, por uma filosofia de caserna que preconiza a “segurança nacional” em detrimento da proteção dos direitos humanos, tampouco havia previsão de qualquer mecanismo legal que permitisse a regularização da situação destes migrantes. Diante deste impasse, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), inovou o ordenamento jurídico pátrio criando, por meio da Resolução Normativa nº 97/12, a figura de um visto humanitário emergencial a ser concedido exclusivamente a peticionários haitianos, com duração de cinco anos, podendo ser renovado por igual período e, dependendo da situação, ser trocado pelo visto permanente.

Objetivo do projeto e metodologia

Tendo este caso como pano de fundo, far-se-á uma investigação acerca de como a atuação do Conselho Nacional de Imigração na esfera administrativa tem contornado o caráter restritivo da legislação que atualmente regula o ingresso de estrangeiros no país em prol de uma política migratória de viés mais liberal e harmonizada com o princípio constitucional de prevalência dos direitos humanos.

Conclusões

O principal argumento desenvolvido neste trabalho é o de que, diante de um quadro em que grupos favoráveis à livre circulação de pessoas no plano internacional estão concentrados no governo, e a “oposição” – composta por aqueles que veem os fluxos migratórios como ameaça ou desde um ponto de vista utilitarista – está dispersa, é preferível que políticas migratórias sejam decididas pelo Executivo “a portas fechadas” ante a hipótese de uma reforma da legislação afeita à matéria levada a um desgastante debate público, à pressão da mídia e à necessidade de aprovação majoritária pelo Congresso. É dizer, embora a premissa (*output*) possa parecer restritiva e até antidemocrática, o resultado (*outcome*) acaba sendo mais liberal e, portanto, favorável aos migrantes.

Referências Bibliográficas

GOMES, Charles Pontes. Os estudos de imigração: sobre algumas implicações políticas do método. In: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 275-296.

GOMES, Charles Pontes. *Os limites da soberania: os juízes diante da questão imigratória na França e nos Estados Unidos*. 2001. 207p. Trabalho apresentado ao IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas) para obtenção do título de doutor em Ciência Política em 26 de junho de 2001.

As percepções do Direito Internacional sobre a política mundial: um recorte do *American Journal of International Law* de 1906 a 1914

Bolsista: Rita de Cassia Oliveira Feodrippe

Orientadora: Christiane Vieira Laidler

Projeto: Direito Internacional: a origem dos organismos multilaterais no século XX

Curso / Instituição: Relações Internacionais/UFF

Agência de financiamento: Pibic / CNPq

Período: agosto de 2012 a julho de 2013

As Relações Internacionais, como fenômeno de estudo, surgiram no início do século XX, após publicação de obras teóricas clássicas, como os *Vinte anos de crise – 1919 a 1939*, de Edward Hallett Carr. O vislumbre de uma organização internacional que defendia a paz entre os Estados afundou da mesma forma que o arcabouço jurídico da Liga das Nações sucumbiu frente ao escopo político de suas decisões.

Os principais pensadores internacionalistas deste período escreviam sob um pensamento tipicamente anglo-saxônico, e autores americanos e ingleses foram os responsáveis pela fundação e propagação dos estudos universitários sobre política internacional. Em 1906, o periódico *American Journal of International Law* (AJIL) assumiu o papel de divulgar os conhecimentos mais recentes da época acerca de direito e política interestatal.

Em vista da utilização que os *policy makers* fizeram das teorias elaboradas por acadêmicos de renome dos grandes *think tanks* americanos, este projeto intenciona compreender que percepção a comunidade intelectual da época possuía sobre o exercício da diplomacia sob o conceito de “soberania” – e como isto foi aproveitado politicamente pelos grandes estadistas ocidentais.

A fim de obter uma visão abrangente das questões associadas ao advento de criação da Liga das Nações e aos argumentos contra e pró a sua constituição, recorreu-se ao mapeamento de autores e artigos publicados no AJIL no período de 1906 a 1914. A escolha cronológica é relevante, pois antecede mesmo a ocorrência da Primeira Guerra Mundial, cujos efeitos desestruturaram as opiniões vigentes da diplomacia de todo o século XIX.

A partir da visualização macro de quantos artigos foram escritos acerca dos fundamentos de teoria e filosofia política – e por quais autores estas ideias foram apresentadas –, foi possível delinear dois principais elementos. Primeiramente, a atribuição jurídica dos textos superou a discussão política. Isso significa que a intelectualidade do pré-Guerra estava

mais preocupada em organizar os diversos conceitos de direito pertinentes à jurisprudência que se formava.

A observação é ratificada pela quantidade de títulos dedicados à sistematização dos conhecimentos acerca do Direito Internacional que estavam difundidos em diversas culturas e sob variados aspectos. É recorrente a produção de documentos e eventos internacionais que objetivavam materializar as discussões ocorridas em ambientes diplomáticos e acadêmicos, a fim de facilitar o acesso dos cidadãos a apreciações técnicas.

Em segundo plano, verifica-se a tentativa de o periódico acumular um registro histórico pioneiro acerca dos documentos envolvidos em negociações internacionais. O formato dos volumes facilita a elaboração de um arquivo documentário rico para potenciais análises na área de Relações Internacionais. A função biblioteconômica, porém, coexiste com a atualidade das considerações feitas pelos autores sobre os eventos a que os mesmos eram contemporâneos: isso permite avaliar os escritos de forma sincrônica, pois as palavras emergiam do contexto em que os pensadores se encontravam.

O estudo do periódico AJIL consolidou a hipótese de que a diplomacia secreta sobre a qual se sustentava o Concerto Europeu oitocentista era incongruente com o novo panorama político que se desenhava na primeira década do século XX. Não só perdurava a visão de que as relações entre os Estados eram possíveis de uma forma pacífica e com respeito aos entendimentos clássicos de soberania: a divulgação popular das discussões de Direito Internacional era coerente com a necessidade que a Academia e os corpos políticos tinham de entender a institucionalização de normas.

Assim, a expressão metódica dos artigos considerados demonstra o ineditismo de uma publicação que tentou, antes de tudo, absorver o espírito intelectual da época em que as organizações internacionais começavam a adquirir uma personalidade jurídica. Os Estados nacionais começaram a buscar reuniões que pensassem a ordem mundial através da lente legal, normativa e regimental. Os primeiros autores do AJIL provavelmente não perceberam, mas foram objetos e sujeitos de um tempo que transformou a história como a conhecemos hoje.

Referência bibliográfica

THE AMERICAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW. Nova York: Baker, Voorhis & Company, 1906-1914.

O princípio da segurança jurídica no Supremo Tribunal Federal: um estudo doutrinário e jurisprudencial

Bolsista: Thaís Queiroz Ferrere Matos de Oliveira

Orientador: Margarida Maria Lacombe Camargo

Projeto: Previsibilidade das decisões judiciais: o problema da segurança jurídica

Curso/Instituição: Direito/UFRJ

Agência de financiamento: Pibic/CNPq

Período: agosto de 2012 a maio de 2013

Introdução

O princípio da segurança jurídica, consagrado na Constituição Federal, é de grande importância para o ordenamento jurídico e, por isso, deve ser mais do que um recurso teórico utilizado pela jurisprudência para balizar algum posicionamento adotado. É a segurança jurídica que promove a estabilidade no Direito, ao garantir alguma previsibilidade nas decisões e buscar a proteção da legítima expectativa depositada pelos jurisdicionados nas relações jurídicas, função esta que ganha maior notoriedade frente a uma sociedade palco de constantes e rápidas transformações. Por tudo isso, é interessante conhecer como o princípio é tratado pela cúpula do judiciário brasileiro.

Objetivos do projeto

O objetivo principal do projeto é descobrir se as decisões do Supremo Tribunal Federal, cujos acórdãos são formados a partir da conjugação de uma série de posicionamentos diferenciados tomados por cada ministro, principalmente quando estas decisões se referem a assuntos de grande repercussão popular, possuem coesão e coerência a ponto de gerar segurança jurídica para os jurisdicionados. Considera-se, nessa pesquisa, o fato de que, constantemente, os onze ministros que compõem a corte constitucional brasileira divergem quanto aos fundamentos e aos limites que o acórdão deve alcançar, ainda que concordem quanto à decisão final.

Metodologia

De início, buscou-se identificar o que o Supremo Tribunal Federal entende pelo conceito de segurança jurídica, através de comparação doutrinária e da busca nos informativos divulgados no acervo virtual da referida corte. O estudo partiu da análise bibliográfica da doutrina jurídica a respeito do princípio da segurança jurídica – em essência, livros de Teoria do Direito e Direito Constitucional –, a fim de delimitar parâmetros e construir uma base para a compreensão dos posicionamentos jurisprudenciais. Após, buscou-se, através da leitura dos

informativos semanais de abril de 2008 a novembro de 2012 e do levantamento de dados estatísticos a respeito destes, compreender em que grau e de que maneira o princípio da segurança jurídica é utilizado pelo Supremo Tribunal Federal, considerando os períodos em que a corte foi presidida pelos ministros Gilmar Mendes, Cezar Peluso e Ayres Britto. A partir dessas informações, em razão da grande repercussão social, foram escolhidos alguns julgados do Supremo Tribunal Federal para futura análise individual de seus acórdãos, dentre os quais a ADPF 54, que tratou da interrupção da gravidez de feto anencefalo, e a ADI 4277, em que se debateu o reconhecimento da união estável para casais do mesmo sexo.

Conclusões

Os resultados estatísticos encontrados demonstraram que a segurança jurídica, como princípio constitucional a ser resguardado, foi constantemente, e de maneira crescente, lembrada nas decisões do Supremo Tribunal Federal no período analisado e em diferentes áreas do direito abordadas. Além disso, percebeu-se que o Tribunal não aplica o princípio considerando apenas o seu aspecto clássico, objetivo, ligado à estabilidade e à previsibilidade das decisões judiciais e atos administrativos, mas também considera o princípio no seu aspecto subjetivo, no qual se considera a confiança depositada pelo jurisdicionado no que tange aos efeitos jurídicos produzidos no ordenamento. Com este posicionamento, o STF demonstra uma preocupação não só com a abstenção do Estado de interferir na esfera privada, mas também com o atuar do Estado, a fim de corresponder à expectativa daquele que legitima toda a ordem jurídica: o povo.

Principais Referências Bibliográficas

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Informativos*. nº 498 a 688, de 2008 a 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/informativo/pesquisarInformativo.asp>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277. Requerente: Procurador-Geral da República. Requeridos: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, 05 de maio de 2011. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, nº 198, p. 20-21. 13 out. 2011. Seção Acórdãos.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2002. p. 257-266.

MARTINS-COSTA, Judith. A Re-significação do princípio da segurança jurídica na relação entre o Estado e os Cidadãos: a segurança como crédito de confiança. *Revista CEJ*, Brasília, n. 27, p. 110-120, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/641/821>>. Acesso em: 10 maio 2012.

Funarte: um entendimento sobre os processos políticos na cultura

Nome: Carolina Rocha Corrêa

Curso/Instituição: Produção Cultural / UFF

Orientadora: Lia Calabre (setor de Políticas Culturais)

Projeto: História da política cultural no Brasil: 1964 aos anos 2000.

Fonte de financiamento: Pibic/CNPq

Período: outubro de 2012 a julho de 2013

Percebendo que a problemática do financiamento de atividades artísticas e culturais perpassa por um número variado e complexo de abordagens, muito mais amplos do que a sua mera sobrevivência, entendendo que o tema está ligado a uma lógica mais ampla, que atravessa a questão do entendimento dos processos políticos e a sua institucionalização na cultura ao longo da história nacional, esse trabalho vem realizar um estudo sobre esses assuntos, tendo a Funarte como objeto de pesquisa.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que a Funarte era o principal órgão de atuação do Programa de Ação Cultural (PAC), elaborado no início da década de 1970, dentro do Ministério de Educação e Cultura. A instituição era a responsável pelas áreas das linguagens artísticas contemporâneas, devendo propor, financiar e executar projetos internos, com o intuito de sanar as deficiências apontadas pelo setor artístico-cultural; assim como também incentivar e financiar projetos externos, oriundos de todo o país. A proposta do presente trabalho é a de analisar as linhas de ações buscando mapear e entender como se davam os processos de identificação e escolha dos projetos internos e externos, assim como se davam os processos de avaliação e elaboração de diagnósticos das deficiências e/ou necessidades apresentadas pelos setores artístico-culturais. Objetiva-se, então, compreender se houve uma colaboração da instituição para a profissionalização na área e o seu entendimento sobre política para o setor cultural.

A Funarte foi uma instituição emblemática que inicialmente tinha um perfil de agência financiadora de projetos culturais e, ao longo do seu desenvolvimento, consolidou-se como um organismo com intervenções inovadoras para o setor cultural, contando com uma equipe oriunda das próprias áreas que eram de sua responsabilidade: artes plásticas, música e folclore.

Suas atribuições como órgão eram as de formular, coordenar e executar programas de incentivo às artes, apoiar e preservar as manifestações artísticas tradicionais e apoiar instituições culturais oficiais ou privadas que desenvolvessem programas artísticos nacionais. A instituição conseguiu a organização e o fortalecimento dos setores artísticos a ela

vinculados. Assim, na prática, um recurso humano ligado à área das artes, que acreditava numa abertura democrática, possibilitou uma construção institucional com bases modernas, buscando a criação de modelos de gestão continuados.

A análise aqui pretendida está sendo possível através do levantamento bibliográfico e documental da época, uma revisão da literatura existente a respeito do assunto, através de recortes temáticos como processos de formação e elaboração de políticas, contextualização histórica a partir dos anos 1970, atuação da Funarte, democracia e democratização cultural.

Por fim, as conclusões até aqui encontradas são em linhas gerais, relativas a construção institucional para área de gestão e política pública, entre 1976 e 1985, e a percepção de que a Funarte, ao longo do seu amadurecimento, provou ser o principal órgão de práticas culturais, o que se deve especialmente ao seu corpo de funcionários.

Além disso, a investigação acerca da Funarte prevê a ampliação dos estudos sobre os institutos e sobre as políticas setoriais no Brasil, de modo a contribuir para um histórico político e para a salvaguarda da sua memória, observando o quão pouco é estudado o histórico das instituições culturais no Brasil.

Referências bibliográficas

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: Funarte e política cultural – 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

MENDES, Helen Miranda. *O palco de Collor: desestatização e precarização da política cultural no governo Fernando Collor de Mello*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

CALABRE, Lia. *Política cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Discussões no Conselho: da Cultura de Estado à Cultura de Mercado

Bolsista: Renata Duarte

Orientadora: Lia Calabre (setor de Políticas Culturais)

Projeto: História da política cultural no Brasil: 1964 aos anos 2000

Curso/Instituição: História / UERJ

Agência de Financiamento: Pibic / CNPq

Período: agosto de 2012 a julho de 2013

Criado no âmago de um governo ditatorial, o Conselho Federal de Cultura possuía a importante incumbência de formular a política cultural nacional e, mais que isso, “orientar” a construção de uma identidade nacional condizente com os interesses existentes.

Para tal, foram reunidos intelectuais de renome, nomeados pelo presidente da República para o exercício de um mandato, e ao seu término era praxe reconduzi-los para novos mandatos. Em um eventual impedimento, aceitava-se a indicação de um substituto feita pelo próprio Conselho, transformando-o assim em uma “sociedade de pensadores”, que testemunhou e discutiu a cultura de um importante período da história.

O Conselho Federal de Cultura teve sua maior atuação entre os anos de 1968 e 1976. A partir deste ano se nota um progressivo declínio de importância da instituição, decorrente não só da perda de atribuições gerada pela criação de novos órgãos ligados à cultura, mas também da mudança na conjuntura política e ideológica do país.

Conjuntura essa que está em plena ebulição às vésperas de um dos períodos mais conturbados da história da nação, a redemocratização, gerando um movimento que não buscava apenas democratizar as eleições, mas também a cultura. Encabeçando essa nova forma de pensar a cultura, o ministro Celso Furtado buscava valer-se de um novo instrumento que surgia para criar uma outra via de financiamento à produção cultural, uma lei de incentivo fiscal: a Lei Sarney.

A lei tinha como principal objetivo descentralizar a fonte financiadora de cultura, que antes provinha apenas do Estado, para que este não a pudesse cercear de acordo com sua vontade. Era um passo importante para um país que buscava “libertar-se”: libertar suas ideias, sua cultura.

Com um método bem abrangente de atuação, a lei previa que o financiamento deveria ser acordado entre a entidade o artista, sendo proibido qualquer tipo de mediação entre ambos, para que se pudesse criar a arte do local, in loco, com financiamento provido pelos “patrocinadores” locais.

Durante a aprovação da Lei no Congresso, um artigo altera substancialmente a história. Graças ao seu prestígio político, foi dado ao CFC a incumbência de supervisionar os recursos destinados à Lei Sarney, com poderes de suspensão da verba oferecida. Começava então uma disputa de cunho ideológico, onde de um lado estava o ministro Celso Furtado e seu “empoderamento social” e de outro o CFC e sua “formação pedagógica-institucional das massas”.

Visando a enriquecer tais discussões, esse projeto busca traçar a “História da Lei”, pontuando desde sua ideologia, a passagem pelo Congresso, os embates para sua aprovação, a atuação do Conselho Federal de Cultura, os usos e abusos ocorridos, e fechando com a sua revogação, que ocorreu junto com a extinção do próprio Ministério da Cultura, nos turbulentos anos da gestão Fernando Collor de Melo. Um tema pouco estudado, mas extremamente rico, que só tem a acrescentar aos debates em torno das formas de financiamento cultural no país.

Como metodologia, serão realizadas pesquisas: nos acervos documentais e na base de dados do Conselho Federal de Cultura, atualmente em fase de tratamento e infelizmente indisponíveis ao público; em periódicos da época, com enfoque nos jornais *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, onde se fizeram mais presentes as produções externas dos membros do Conselho; além de suporte teórico bibliográfico.

Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura. *Intellèctus*: revista eletrônica, Rio de Janeiro, ano 5, v. 2, 2006. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf> Acesso em: 09/07/2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, ano 1985/1992.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, ano 1985/1992.

GOMES, Ângela; OLIVEIRA, Lucia; VELLOSO, Mônica. *Estado Novo*: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional*: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967 – 1975), São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Alberto. *Sinal Fechado*: a música popular brasileira sob censura (1937-45 / 1969 – 78). 2. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SCHWARZ, Robert. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

O intendente negro na capital da república: análises e considerações sobre Manuel da Motta Monteiro Lopes

Bolsista: Bruno Leonardo Medeiros Martins

Orientadora: Laiana Lannes de Oliveira

Projeto: O Pós-Abolição – perspectivas dos libertos e projetos de Brasil – súditos, bestializados ou cidadãos negros?

Curso/Instituição: História / UFF

Agência de financiamento: Pibic / CNPq

Período: agosto 2012 a julho de 2013

Introdução

O projeto “O Pós-Abolição – perspectivas dos libertos e projetos de Brasil – súditos, bestializados ou cidadãos negros?” desenvolvido pela profa. dra. Laiana Lannes de Oliveira, supervisionado pela profa. dra. Ivana Stolze, busca analisar as influências dos processos abolicionista e republicano na trajetória dos negros nos primeiros anos da república brasileira. Para tentar compreender tal perspectiva, as trajetórias individuais de alguns destes personagens são percebidas pela sua singularidade enquanto sujeito, pelo encontro e a diversidade de experiências, pelas construções sociais, além das memórias herdadas destes processos históricos. Para fins deste trabalho, vamos desenvolver algumas análises e considerações sobre a figura de Manuel da Motta Monteiro Lopes, republicano convicto e atuante no processo abolicionista, ele que foi o primeiro homem negro a ocupar uma cadeira no parlamento da República brasileira.

Objetivos

Pretendemos investigar a atuação social e política de Monteiro Lopes, em uma perspectiva que leva em consideração a questão racial, mas que não se esgota nela. Vamos tentar compreender suas escolhas diante de um contexto histórico complexo, construído por múltiplas esferas no desenvolvimento das relações sociais. Aqui vamos tentar mapear redes de sociabilidade, além dos canais de atuação e articulação que serviram de estratégia política na trajetória de Monteiro Lopes, sobretudo no período referente ao mandato que exerceu como intendente municipal nos anos de 1903 e 1904.

Metodologia

Realizamos o projeto de pesquisa em três momentos distintos. Inicialmente, procuramos compreender as bases teóricas e metodológicas que nortearam o projeto. Em uma etapa posterior, intensificamos o trabalho de pesquisa documental. Aqui, a busca pelas fontes

foi realizada através de visita a diversas instituições arquivísticas e também pela grande rede. Por fim, sistematizamos as fontes por temas, para melhor compreendermos a diversidade de relações sociais estabelecidas pelo nosso objeto de estudo.

Conclusão

Acredito que, de maneira geral, os resultados da pesquisa corroboraram a ideia de posicionamentos que são assumidos e exercidos nos mais diferentes espaços de lutas no desenvolvimento das relações sociais. A análise das escolhas realizadas por Manuel da Motta Monteiro Lopes neste contexto nos ajuda a ressignificar a influência dos processos abolicionista e republicano nos primeiros anos do pós-abolição. As articulações políticas, sociais e suas experiências vivenciadas na sua trajetória de vida, dialogam diretamente com uma memória construída a respeito destes processos, que se formam ao mesmo tempo em que são formados. Assim, acredito que possamos entendê-las também, como partes constitutivas na compreensão de um processo de formação de identidades.

Principais referências bibliográficas

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. *O pós-abolição – perspectivas dos libertos e projetos de Brasil –* Súditos, bestializados ou cidadãos negros? Rio de Janeiro, 2011. Projeto de Pesquisa em Estágio Pós-Doutoral - Fundação Casa de Rui Barbosa.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. *Os (des) caminhos da negritude na república brasileira: Os processos abolicionista e republicano e suas influências nas trajetórias de pretos e pardos no pós-abolição.* Rio de Janeiro, 2013, Digitado.

DANTAS, Carolinna Vianna. *Monteiro Lopes: um deputado negro na primeira República.* Rio de Janeiro, 2008. Fundação Biblioteca Nacional.

Principais referências documentais

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: 1903.

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro: 1887-1902.

O PAIZ. Rio de Janeiro: 1884-1830.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: 1891-.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 1875-1942.

Um olhar sobre a língua de Angola no Brasil colonial

Nome: Valéria Correia Lourenço

Orientadora: Ivana Stolze Lima (setor de História)

Projeto: Vozes escravas: usos e práticas em torno da língua nacional no Rio de Janeiro (c. 1822-1870)

Curso / Instituição: Letras Português e Literaturas/UFRRJ-Nova Iguaçu

Agência de financiamento: Pibic/CNPq

Período: setembro de 2012 a julho de 2013.

O quimbundo, uma das principais línguas de Angola, teve sua primeira Gramática – *Arte da língua de Angola oferecida a Virgem e senhora nossa do Rosário, mãe e senhora dos mesmos pretos* – elaborada por um padre da Companhia de Jesus, em terras brasileiras no século XVII. A partir da análise da Gramática, redigida pelo Padre Pedro Dias, no ano de 1697, percebemos o quão importante era para os jesuítas, logo, para o poder instituído, o aprendizado de uma língua africana no processo de colonização portuguesa em terras brasileiras. Afirmamos isso tendo como base o fato de que a obra serviria para auxílio desses padres na catequese dos negros gentios. Mas por que o quimbundo e não outra língua africana? Tomando a Gramática como ponto de partida, interessa-nos refletir sobre essa questão, traçando um breve panorama da sociedade colonial, para que tal fato ocorresse.

Atentamos para o fato de que o contexto da época no Brasil – com o complexo embate em torno da questão do trabalho e da dominação dos indígenas; a entrada de grande contingente de africanos, principalmente vindos de Angola, e a necessidade de controlar os corpos escravizados – de alguma forma propiciaram o estabelecimento dessa língua.

Como metodologia para o presente trabalho, tomamos a Gramática acima citada como base para pensar as relações sociais que estavam postas naquela época. Mas recorreremos principalmente, e aqui de forma cuidadosa e crítica, à leitura da *História da Companhia de Jesus*, de autoria do padre Serafim Leite. Efetuamos a leitura da obra mencionada, em busca de indícios de como a Companhia tratava a questão das línguas africanas. E nos deparamos com possíveis respostas para pensarmos as relações e a política entre os jesuítas e essas línguas que circulavam pelo território em processo de colonização. Incluímos aqui o uso de intérpretes, a formação de padres línguas – padres que se dedicavam ao aprendizado de línguas, neste caso, a língua de Angola – e o fluxo de idas e vindas desses padres entre Angola, Brasil e Portugal, aptos para auxiliarem na catequese dos escravos africanos. Além disso, recorreremos a uma série de textos da historiografia e da linguística que, de alguma forma, versavam sobre o assunto. Ao longo das leituras percebemos como foi importante o entendimento de uma língua africana, neste caso, o quimbundo, tanto por parte dos jesuítas,

quanto dos senhores de engenho e dos próprios escravos, no momento de estabelecimento da coroa portuguesa em território brasileiro. É sobre essa teia de relações que nos interessa refletir.

Principais referências bibliográficas

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

DIAS, Pedro. *Arte da língua de Angola oferecida a virgem e senhora nossa do Rosário, mãe e senhora dos mesmos pretos*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697. Disponível em: <http://archive.org/stream/artedalinguadean00dias#page/n5/mode/2up>. Acessado em maio, 2013>

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. (09 vol.) Lisboa: Livraria Portugália/Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938-1950.

LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

RODRIGUES, José Honório. *A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial*. Humanidades vol. I, n. 4, julho/setembro de 1983, p.21-41 (1983).

Artur Azevedo e o teatro na Exposição Nacional de 1908

Bolsista: Camilla Campoi de Sobral

Orientador: Antônio Herculano Lopes (Centro de Pesquisa – História)

Projeto: O moderno, o nacional e o popular no teatro oitocentista fluminense

Curso / Instituição: História / UERJ - FFP

Agência de financiamento: Pibic / CNPQ

Período: agosto de 2012 a julho de 2013

A Exposição Nacional de 1908 representou um *grand finale* de intenções econômicas e sociais por um mundo cada vez mais urbano e cosmopolita, consagrado pela reforma urbana do Rio de Janeiro e orquestrado pela República. No interior da Exposição, o Teatro Nacional, organizado e dirigido por Artur Azevedo, trouxe ao público uma produção dramática de qualidade, legado dos grandes nomes do teatro do século XIX, que afirmava o esforço civilizatório desses intelectuais como agentes sociais e culturais.

A acelerada incorporação dos signos do moderno e das inovações técnicas no campo do entretenimento vinha contribuindo para que Artur Azevedo perdesse seu espaço na produção teatral de sucesso junto ao grande público. Exemplo disso é a publicação de sua última revista de ano, *O ano que passa* (1907), em folhetim, em vez da montagem nos palcos. O comediógrafo, que, nos anos 1880, usufruía de grande popularidade, mas sofrera crítica dos pares, na virada do século se reaproximou destes ao participar da fundação da Academia Brasileira de Letras. Sua participação como organizador e diretor do Teatro da Exposição Nacional de 1908 foi a consagração de seu esforço civilizatório por uma arte teatral nacional elaborada.

Este trabalho tem por objetivo captar as ambiguidades de Artur Azevedo quanto à vida moderna em seu último ano de vida, no momento em que é consagrado como o grande homem de teatro do período. Para tal serão analisadas publicações selecionadas da coluna Palestra do jornal *O Paiz*, no ano de 1908, assinadas por Artur Azevedo, e a cobertura do periódico sobre o teatro da Exposição Nacional de 1908. Nestas fontes, foram analisados o posicionamento do autor sobre o teatro nacional e sobre as mudanças vivenciadas no campo do entretenimento, que o afastaram do homem de um teatro “popular” e o aproximaram da imagem de um intelectual consagrado. Baseando-se em uma perspectiva da história das sensibilidades, esta pesquisa visa captar as mudanças percebidas por Artur Azevedo sobre a incorporação da modernidade no íntimo da cidade e como isso se reflete na carreira do comediógrafo, bem como a participação de Artur como organizador e diretor do Teatro da

Exposição Nacional, que como um megaevento promove a cidade remodelada pela reforma urbana.

A Exposição Nacional de 1908 foi o evento considerado marco no conjunto de modificações e embelezamento produzidos pela reforma da cidade. Visava apresentar o Brasil moderno e cosmopolita, exibindo sua “Agricultura”, “Indústria Pastoril”, “Várias Indústrias” e “Artes Liberais”. Como organizador e diretor do Teatro da Exposição Nacional, Artur Azevedo trouxe ao palco da Exposição os grandes nomes do teatro nacional, com peças encenadas por uma companhia organizada em parceria com a grande atriz Lucília Peres. A programação de um "alto teatro" na Exposição concretizou em parte os anseios de Artur Azevedo por uma cena nacional de qualidade, afastando-o do teatro de revista, que tantas críticas lhe rendera, e o legitimando como membro da Academia Brasileira de Letras, na cadeira que tinha por patrono Martins Pena.

Referência Bibliográfica

- FARIA, João Roberto. *Idéias teatrais - O século XIX no Brasil*. Rio de Janeiro, 2001.
- FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cascatas de modernidade. In: *Modernização dos Sentidos*. São Paulo; Ed. 34. 1998.
- LOPES, Antonio Herculano; LIMA, Nísia Trindade. *Memória, história e sensibilidade: notas para um debate*. XIV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2010.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC, 1986.
- PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. Arqutexto.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Revista, charge e folhetim: o encontro dos gêneros ligeiros em *O ano que passa*

Bolsista: Natália Cristina Rezende da Silva

Orientador: Antonio Herculano Lopes

Projeto: O moderno, o nacional e o popular no teatro oitocentista fluminense

Curso / Instituição: História / UERJ

Agência de financiamento: Pibic/CNPq

Período: janeiro a julho de 2013

O presente trabalho aborda a parceria entre o autor teatral Artur Azevedo e o caricaturista Julião Machado, na produção de *O ano que passa* (1907) – espécie única do gênero –, tendo em vista as peculiaridades do folhetim ilustrado que estabeleceu um diálogo entre jornalismo e teatro, história em quadrinhos e folhetim, crônica e charge. Ressaltamos a tríade folhetim, revista e charge que possibilitou a união entre a ironia da charge e as singularidades da revista e do folhetim enquanto texto.

A publicação da obra, datada do dia 4 de fevereiro de 1907, fora financiada pelo diretor de *O País*, João de Sousa Laje, que assim incorporou um dos papéis mais importantes do mundo teatral, o de empresário. A obra, que tinha a intenção de ser única em seu gênero e alcançar a maior graça do público, encontrou na parceria entre os dois artistas, ambos colaboradores do jornal e amigos de longa data, uma estratégia perspicaz para se obter o sucesso, considerando a popularidade de ambos junto ao público. Acreditamos que, com essa produção, João Laje tentou a mesma proeza realizada pelo *Jornal do Brasil*, que, em 1902, publicou o primeiro romance policial em quadrinhos, também ilustrado por Julião Machado, com um grande sucesso de público.

Sabendo que a obra teve como objetivo maior alcançar o público, nos baseamos nas teorias de Antonio Candido, em seu estudo sobre a relação entre escritor e público. O autor defende que há uma relação de interdependência entre escritor e público, com a obra gerando efeitos no público – que não é passivo na recepção – e este na consciência do autor. A reação do público proporciona ao escritor uma resposta indispensável para uma autodefinição. “Escrever é propiciar a manifestação alheia, em que a nossa imagem se revela a nós mesmos”. É essa imagem construída perante o público e perante eles próprios que os diferencia dos demais autores e os faz se dedicarem a produções que satisfaçam o seu público.

As posições artísticas dos dois produtores contrastam, por se encontrarem em momentos opostos de auge e declínio: o auge da charge de Julião Machado e o declínio das

revistas de ano de Artur Azevedo. Trata-se de dois artistas de origens e trajetórias distintas, alvos de qualificações críticas também contrastantes.

Para conhecermos melhor a trajetória de vida do chargista, nos baseamos num primeiro momento nos estudos de Herman Lima, que dedica, na sua *História da caricatura no Brasil*, um capítulo à contribuição e influência do português Julião Machado. Para a vida de Artur Azevedo, utilizamos a biografia de Raymundo Magalhães Junior.

Na qualificação de *O ano que passa* como produção única em seu gênero – ao mesmo tempo revista e folhetim ilustrado – nos baseamos na análise de Flora Süssekind, que, além de demonstrar as características gerais do gênero revista, nos oferece um estudo aprofundado sobre as revistas de ano de Artur Azevedo. A obra de Marlyse Meyer nos proporcionou uma ampla análise sobre os folhetins no Brasil e no mundo, considerando suas características, autores e posicionamentos durante um longo período de tempo. E, ainda, para entendermos melhor o universo da charge, assim como suas características, objetivos e principais abordagens, nos baseamos nos estudos de Laura Coutinho Nery.

Consideramos que a análise dessa produção de Artur Azevedo e Julião Machado nos proporciona um rico estudo, pela singularidade da parceria estabelecida e pelo ineditismo, das possibilidades das relações do mundo artístico-literário com o mundo da imprensa, importante campo de diálogo entre autor e leitor, num momento de consolidação de uma opinião pública no país.

Referência Bibliográfica

SUSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 274.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999, p.285.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo.: Companhia Editora Nacional, 1980.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro.: Editora Livraria José Olympio, 1963.

JUNIOR, Raymundo Magalhães. *Arthur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

FARIA, João Roberto. *Idéias teatrais - O século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2001.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.

NERY, Laura Coutinho. Charge: cartilha do mundo imediato. In: *Revista Semear*. Rio de Janeiro: Edição 7/PUC-Rio, 2001.

Eugênia Moreyra: a história contada através de arquivo pessoal

Bolsista: Mariana da Silva Vita

Orientadora: Joëlle Rouchou (setor de História)

Projeto: Álvaro Moreyra: polígrafo... Poesia, prosa e crônicas em revistas (1900-1930)

Curso/Instituição: Comunicação Social – Jornalismo/ UFF

Fonte de financiamento: Pibic/CNPq

Período: agosto de 2012 a julho de 2013

No Rio de Janeiro, a primeira metade do século XX foi marcada pela presença de intelectuais boêmios e atuantes em busca de transformação social. Em meio a esses intelectuais, poucas mulheres conseguiram conquistar espaço político e na mídia como sujeitos além do estereótipo feminino da época. Eugênia Alvaro Moreyra foi uma delas.

Eugênia participou de diversas atividades artísticas e políticas ao longo da vida, nas áreas de jornalismo, teatro, radioteatro, em saraus de poesia, e na militância política feminista e comunista. Casada com o jornalista e poeta Alvaro Moreyra, eles organizavam encontros frequentes em sua casa na Rua Xavier da Silveira, 99, em Copacabana. Devido a esses encontros – caracterizados por debates acalorados, declamações de poesia, e reuniões de comunistas integrantes da Aliança Nacional Libertadora – e à ampla participação política do casal, ambos foram presos durante o governo de Getúlio Vargas. Viveram no entreguerras e grande parte de seus atos, mesmo artísticos, traziam uma carga política, com críticas às injustiças sociais, ao governo brasileiro e ao fascismo. Continuaram defendendo seus ideais até o fim. Eugênia morreu em 1948, fiel à sua militância.

Portanto, contar a história de Eugênia Moreyra é contar parte da história do Brasil. Assim, o presente trabalho seria uma iniciativa para dar visibilidade e ampliar o conhecimento sobre figuras relevantes na história nacional, como Eugênia. Ainda, por consequência, trazer o contexto dos bastidores da vida social de artistas brasileiros renomados que participavam dos encontros na casa do casal.

A pesquisa foi feita através de bibliografia e documentos que datam do período estudado. Entre outras fontes, incluímos obras de literatura brasileira como *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, e *As amargas, não...*, de Alvaro Moreyra, além de textos de jornais e revistas para ambientar os acontecimentos citados no artigo.

Principais referências bibliográficas e documentais

ALMEIDA, Lara. *Eugênia Brandão: a primeira repórter do Brasil*. Edição do autor, 2007.

ANTUNES, Amauri Araújo. *O trapézio ficou balançando: teatro de Alvaro Moreyra*. Campinas, SP, 1999. Dissertação de mestrado (Instituto de Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Campinas.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOREYRA, Alvaro. *As amargas, não...* Rio de Janeiro: Editora Lux, 1954.

ROUCHOU, Joëlle. *Um arquivo amoroso: Alvaro e Eugênia Moreyra*. Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: Memórias de um repórter*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1987.

DIRETRIZES: política, economia, cultura. Rio de Janeiro: 1938-1939.

Arquivo Alvaro Moreyra, acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, FCRB.

Arquivo Eugênia Alvaro Moreyra, acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, FCRB.